



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

PAULO TEÓFILO MESQUITA DE CARVALHO

IDENTIDADE E DIFERENÇA: uma análise através das perspectivas de Tomás
Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe

Imperatriz-MA

2024

PAULO TEÓFILO MESQUITA DE CARVALHO

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: uma análise através das perspectivas de Tomás
Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Humanas/Sociologia, da
Universidade Federal do Maranhão/
UFMA, campus Imperatriz-MA, como
requisito para obtenção do título de
licenciado (a) sob orientação do prof. Dr.
Edson Ferreira da Costa.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa – UFMA
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Claudia Silva Lima – UEPA
(Examinadora)

Prof. Dr. José Henrique de Sousa Assaí – UFMA
(Examinador)

Mesquita de Carvalho, Paulo Teófilo.

IDENTIDADE E DIFERENÇA : uma análise através das perspectivas de Tomás Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe / Paulo Teófilo Mesquita de Carvalho. - 2024.

20 f.

Orientador(a): Edson Ferreira da Costa.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, 2024.

1. Identidade. 2. Diferença. 3. Pele Negra. 4. Linguagem. 5. . I. Ferreira da Costa, Edson. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, sabedoria e saúde ao longo desta jornada.

Agradeço à professora Claudia Silva Lima, que foi minha primeira orientadora e pessoa fundamental na organização das minhas ideias e a apresentação dos autores que guiaram este TCC. Ao professor Edson Ferreira da Costa, meu orientador, pela assistência precisa no delineamento do tema, permitindo a conclusão desta pesquisa.

Aos meus colegas de turma, Diego e Danton, pela parceria ao longo do curso, pelas conversas enriquecedoras sobre a vida e pelos debates acadêmicos.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais. Meu pai, João Mateus Moreira de Carvalho, que sacrificou sua própria trajetória educacional para garantir a nossa. Minha mãe, minha primeira professora, que me alfabetizou e me inspirou ao ingressar no ensino superior depois de criar todos os filhos, iniciando seus estudos na UFMA aos 40 anos. Ao meu irmão gêmeo, Pedro Filemom Mesquita de Carvalho, cuja determinação e resiliência foram uma constante fonte de inspiração.

À minha esposa, Karina Lopes Dias de Carvalho, pelo incentivo incansável e por estar ao meu lado durante toda a jornada acadêmica. Ela foi minha primeira ouvinte nas apresentações de seminários em casa e meu maior apoio.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta conquista, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O estudo sobre a identidade é fundamental para compreender como se dá a construção dos indivíduos, da sociedade e na formação cultural e social. Nesse pesquisa é possível compreender como a diferença está inteiramente ligada ao processo de identificação do eu e do outro. Sendo assim, o objetivo do artigo está em analisar as diferentes abordagens teóricas sobre a construção da identidade, a fim de compreender como as relações de poder e cultura influenciam na formação das identidades. Para tal a discussão acerca da construção da identidade e implicações, tiveram como base principal, Tomaz Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe. A metodologia se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) utilizando livros e artigos para a discussão. Os resultados a partir do estudo que a pele negra, assim como a linguagem e a “raça” estão inteiramente ligados no processo de construção da identidade, como resultado da diferença na abordagem dos autores.

Palavras-chave: Identidade; Diferença; Pele Negra; Linguagem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O PODER DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	7
3 A COR DA PELE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO CONTEXTO COLONIAL.....	11
4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DA “RAÇA”	14
5 UMA ANÁLISE A PARTIR DE SILVA, FANON E MBEMBE	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	19

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a construção da identidade nas perspectivas de Tomás Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe, focando em como a identidade é moldada pela linguagem, cor da pele e 'raça', bem como pelos processos de alienação e negação do outro nos períodos colonial e pós-colonial.

O objetivo inicial da pesquisa era analisar discursos de grupos minoritários e como, mesmo estando em uma posição de inferiorização, esses grupos poderiam estar reproduzindo (inconscientemente) diferenças na fala e nas práticas relacionais. No entanto, devido a restrições de tempo e outras intempéries, a pesquisa de campo não foi possível, e a discussão será abordada em um futuro trabalho de pós-graduação.

Sob a orientação do professor Edson Ferreira da Costa, a pesquisa foi redirecionada para um levantamento bibliográfico sobre como Tomás Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe discutem a categoria da identidade e como suas ideias se inter-relacionam.

A questão central que orienta este estudo é: como Tomás Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe ajudam a entender a construção da identidade a partir das diferenças nos contextos colonial e pós-colonial?

O objetivo geral é analisar as diferentes abordagens teóricas sobre a construção da identidade em contextos coloniais e pós-coloniais, explorando as perspectivas de Frantz Fanon, Tomás Tadeu da Silva e Achille Mbembe, a fim de compreender como as relações de poder e cultura influenciam a formação das identidades. Os objetivos específicos: (a) investigar como Tomás Tadeu da Silva aborda a construção da identidade em contextos de diferença e linguagem; (b) examinar a contribuição de Frantz Fanon na compreensão das identidades no período colonial, com ênfase na cor da pele e na alienação; (c) analisar as concepções de Achille Mbembe sobre a identidade e a racialização no contexto pós-colonial.

O estudo foi desenvolvido com base na metodologia de pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), utilizando materiais já publicados e verificados, incluindo os livros e artigos de Tomás Tadeu da Silva "Identidade e Diferença: perspectivas dos estudos culturais", especificamente o capítulo 2, "A produção social da identidade e diferença", Frantz Fanon "Pele Negra, Máscaras Brancas" e Achille Mbembe "As Formas Africanas de Auto-Inscrição".

Assim, o intuito da pesquisa é oferecer uma compreensão preliminar da construção da identidade a partir das perspectivas dos autores mencionados, destacando as convergências e divergências entre os autores.

2 O PODER DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Nessa seção iremos analisar a complexa dinâmica da construção da identidade, enfatizando como ela é moldada e redefinida através das interações sociais e discursivas. Destacaremos o papel crucial da linguagem na marcação da identidade e da diferença, mostrando como ela afirma e nega características em relação ao outro. Além disso, abordaremos a influência da hibridização cultural e da representação, evidenciando como essas forças contribuem para a fragmentação e a constante negociação das identidades na modernidade.

2.1 Uma construção social em processo

A vida humana sempre foi marcada pelo convívio em sociedade. Mesmo diante de tragédias, guerras, mudanças significativas na interação humana. Os indivíduos sempre se mantiveram em estreita relação entre si.

Sendo assim, a interação e a codependência permiti que o indivíduo possa se identificar, se localizar, se pôr como pertencente a um determinado grupo. Isso só é possível mediante ao contato com o outro – é no encarar que o sujeito se coloca na posição de identificar-se ou diferenciar-se do outro.

A identidade é construída através dos processos históricos, sociais e discursivos. Num primeiro momento, a identidade é simplesmente uma posição de entender-se como participante do mundo. Para Silva, a autoidentificação faz parte de todos os contextos sociais. Sendo assim,

a identidade é simplesmente aquilo que é: sou “brasileiro”, “sou negro”, “sou homossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. [...] a identidade só tem como referência a si próprio: ela é auto-contida e auto-suficiente (Silva, 2014, p. 73).

O processo de identificação se torna muita das vezes um “local de luta e conflito”, pois ao nos identificarmos estamos nos colocando como sujeitos pertencente

a um determinado grupo, nos colocando como sujeitos marcados em um local, cultura e identidade. Nos colocando assim, numa linha entre o eu e o outro. O outro seria aquele na qual não o identifico como igual a mim, como figura que se assemelha aquilo da qual me vejo, como um reflexo do espelho. Desse modo, a construção da identidade não ocorre de maneira isolada, mas é marcada pelas diferenças.

Silva (2014, p. 73) afirma, “que a identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência”, onde a identidade é sempre construída em relação à diferença. As categorias de identidade: raça, gênero, classe, etc. são produzidos através das relações de poder que definem quem é normal e quem é o outro.

Logo, ao produzir discursos afirmativos sobre a identidade individual ou de um grupo de semelhantes, estamos não apenas identificando, mas sutilmente construindo diferenças entre grupos e indivíduos.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (Silva, 2014, p. 76).

Desta forma, ao reconhecer que a identidade e diferença são produtos das relações sociais e culturais, compreendemos que a construção dessas noções é tanto um reflexo quanto um processo contínuo de nossas interações e discursos.

2.2 A linguagem como ferramenta de diferenciação

Para Silva (2014, p. 74), a linguagem é um dos principais marcadores de identidade e diferença, quando se está afirmando em uma determinada condição identitária, “eu sou brasileiro”, “sou negro”, “sou homem”, sutilmente se está negando o outro que não é, “ele é africano”, “ele é branco”, “ela é mulher”. Segundo o autor, “da mesma forma que a identidade, a diferença é [...] autorreferenciada, como algo que remete a si própria” (Silva, 2014, p. 74).

Silva (2014, p. 82), diz que a afirmação identitária está sempre pautada entre o “eu” e o “outro”, definindo espaços, lugares, diferenças, raças, onde o discurso é amparado pelas práticas sociais conferindo rigidez as estruturas de poder, na qual “dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir deferentes valores aos grupos assim classificados”.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2014, p. 108).

Nesse sentido, é possível perceber que as identidades estão cada vez mais fragmentadas; a ideia de uma identidade como unidade imutável já não é possível perceber, onde indivíduos de determinados grupos culturais estão a todo momento em constante contato.

2.3 Novas identidades e hibridização cultural

Como discutido no início do capítulo, o homem sempre se definiu em relação ao outro. Este processo relacional não só fortalece a identidade com seus semelhantes, mas também demarca a diferença em relação àqueles que são vistos como diferentes.

Porém, sobretudo no período colonial surge a chamada hibridização¹ cultural, na qual povos de variadas regiões, com suas culturas já formadas, identidades estabelecidas, eram colocadas em estreito contato com o outro, com o diferente. Havendo nesse processo a perda, a reformulação da identidade de cada indivíduo e a produção de outras novas identidades.

Homi Bhabha (2013), fala sobre a hibridização cultural, onde o contato da figura do colonizador com o colonizado e toda a sociedade colonial envolvida, daqueles que concordavam ou não com movimento político da época. Muitas vezes nesse período o colonizado se vestia com aquilo que Bhabha chamou de mímica; na qual era utilizada como estratégia de resistência colonial e que muitas vezes causava confusão devido a sua ambivalência

A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se “apropria” do outro ao visualizar o poder. A mímica é também o signo do inapropriado, porém uma diferença ou recalcitrância que ordena a função estratégica dominante do poder colonial, intensifica a vigilância e coloca uma ameaça imanente tanto para saberes “normalizados” quanto para os poderes disciplinares (Bhabha,

¹ A hibridização cultural refere-se ao processo pelo qual culturas diferentes entram em contato e se misturam, resultando na criação de novas formas culturais. No período colonial, essa hibridização ocorreu muitas vezes de maneira forçada, levando à perda de características culturais originais e ao surgimento de identidades híbridas.

2013, p.146).

Sendo assim, a identidade não é algo que está acabado, que possa se dizer que chegou no seu estágio final, não, a identidade é uma construção que está a todo momento em processo de produção e negociação.

2.4 Identidade e representação

O discurso (Silva, 2014) é uma categoria fundamental na construção das identidades; eles moldam, constroem, desconstroem as percepções do grupo sobre si e a imagem do outro. Sendo assim, para haver a manutenção do discurso sobre o eu e o outro é necessário ter representações eleitas/apontadas pelo grupo para afirmar a autoidentificação e a diferença com o outro. O outro seria o diferente, aquele na qual não é entendido como semelhante, mas como figura divergente com base em características como raça, etnia, religião, classe social ou qualquer outra característica identitária.

Segundo Silva, é por meio do sistema representativo que a identidade e a diferença passam a existir e, por assim dizer, obtém sentido. Desse modo, “representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”” (Silva, 2014, p. 91).

As representações (Silva, 2014, p. 91) são um “sistema linguístico e cultural” estreitamente ligada aos sistemas de poder, pois como já mencionado até aqui, a linguagem é um dos principais mecanismos de força, de definir e marcar o outro; só através da representatividade é que cada grupo identitário ganha significados. Desse modo, a identidade é constantemente negociada e renegociada a todo instante, é preciso que haja sempre esse movimento para a sua manutenção e produção.

Corroborando com Silva acerca do movimento representativo, Kathryn Woodward afirmar que,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos a nossa experiência e aquilo que somos. [...] Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2014, p.18).

Nos próximos capítulos, com base em autores como Frantz Fanon, Achille

Mbembe e outros, será discutido como o processo de identificação pode deixar marcas profundas na relação com o outro. Como o período colonial impactou diretamente as identidades dos colonizados, resultando em cicatrizes profundas de inferioridade e negação em relação ao outro. Além disso, como na era colonial, persistem condições de negação moldadas pelos discursos do outro até os dias atuais.

3 A COR DA PELE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO CONTEXTO COLONIAL

Nessa seção, abordaremos a partir de Fanon a relação entre a cor da pele e a construção da identidade no período colonial. Como a pele negra estava/está associada a irracionalidade e sub-humanidade, resultando na internalização dessas ideias pelos colonizados e afetando profundamente suas identidades. Assim como, a imposição colonial gerou um complexo de inferioridade e alienação, levando à busca de aceitação através da imitação cultural do colonizador. Sendo assim, como a violência e a luta pela independência foram vistas como formas de reconstrução da identidade e libertação dos oprimidos.

3.1 A pele negra como marca de inferioridade e identidade

No período colonial, a perda, a mudança e a produção de novas identidades foram frequentes, num processo como já mencionado no capítulo anterior por Hommi Bhabha de hibridização cultural.

No período colonial a cor da pele tornou-se meio de identificação em relação ao europeu que se colocava como superior, e si identificava como branco, sinal de racionalidade, superioridade em relação ao outro; marcando a pele negra como sinal de inferioridade, irracionalidade, não-humano. Esse processo resultou na internalização psicológica do colonizado, afetando profundamente sua identidade.

Resultado desse complexo de inferioridade se dá no relato da população da Martinica, colônia da França. Os martinicanos como relata Fanon (2008, p. 176) entraram num estágio de frequente comparação com o outro. O encontro com o outro se torna um palco de *autovalorização*, num sentido de que, “ele é mais negro do que eu. Eu sou moreno. Moreno claro”, “ele é menos inteligente do que eu”, e assim por

diante.

A pele negra tornou-se signo daquilo que não é digno de ser humano, ser gente, ser racional. Na colonização, a ideia de superioridade entre o branco e o negro, trouxe profundas mudanças na identidade em toda a sociedade. Uma mudança de pensamento sobre o outro que afetou tanto o colonizador, quanto o colonizado.

A sensação de inferioridade não se dá por ser minoria, seja num país de colonizadores, seja nos países nativos negros. Esse sentimento se dá, tanto nos países de maioria branca, quanto os de maioria negra. Segundo Fanon (2008, p. 90) “Um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja; [...] Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor”.

Fanon, através dos estudos coloniais, relata que os martinicanos, ao migrarem para a França, aprendem a cultura francesa numa necessidade de se assemelhar com os nativos daquela região. Aprende sua língua, sua dança, seu modo de se expressar, de se vestir, de comer. Porém, ao retornarem para a sua cidade natal, tratam seus irmãos com certa indiferença.

O antilhano que volta da metrópole exprime-se em patoá se quer mostrar que nada mudou. Sentimo-lo já no porto, onde parentes e amigos o esperam. Esperam-no não apenas porque está chegando, mas como quem diz: só quero ver! Um minuto lhes é necessário para fazer o diagnóstico. Se a seus camaradas o recém-chegado diz: “Estou muito feliz em estar com vocês. Meu Deus, como este país é quente, eu não poderia ficar aqui por muito tempo!” — ficamos sabendo, é um europeu que chegou (Fanon, 2008, p. 49).

A internalização da cultura do outro, é algo que afeta sutilmente a identidade de cada indivíduo, logo uma possível mudança no comportamento do seu grupo.

Assim como Silva (2014), Fanon (2008, p. 50), também defende que a linguagem é um dos principais fundamentos da mudança de identidade, “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura. O antilhano que quer ser branco o será tanto mais na medida em que tiver assumido o instrumento cultural que é a linguagem”.

A identidade do negro é uma construção meramente social, e para entender esse processo é preciso uma análise a partir da linguagem, “Na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir a identidade da cultura” (Fanon, 2008, p. 186).

3.2 Alienação e reconhecimento na experiência colonial

O colonialismo causou uma profunda alienação nos colonizados, que foram forçados a ver a si através dos olhos do colonizador. Essa condição só é possível quando há uma certa legitimidade por parte do colonizado. Essa ideologia só é concebida durante o processo do colonialismo. Como diz Albert Memmi (2023, p. 126),

o colonizador deve ser reconhecido pelo colonizado. O laço entre colonizador e o colonizado é, assim, destrutivo e criador. Ele destrói e recria os dois parceiros da colonização como colonizador e colonizado: um é desfigurado como opressor, como ser parcial, incivil, trapaceiro, preocupado unicamente com seus privilégios, com sua defesa a qualquer preço; o outro como oprimido, refreado em seu desenvolvimento, compondo com seu próprio esmagamento.

Em sua obra, Memmi, introduz a condição das duas partes e como elas são legitimados e dependentes uma da outra, seja por convicção dado a condição do outro, seja por obrigação. A posição do colonizador é dada como tendo uma condição de senhor do colonizado, ou é levado a crer nessa ideia devido à imposição do local. Já o colonizado é obrigado a aceitar essa condição por querer viver, e a cor de sua pele foi construída como

produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação [...]. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – cripta viva do capital (Mbembe, 2018, p. 21)

Mediante a essa invenção, o negro quer de todo modo fugir daquilo da qual o identificaram. Porém, durante esse processo de negação de si, percebe-se que não obterá resultado, pois a pele negra marca desde o seu nascimento, na qual “o preto inferiorizado passa da insegurança humilhante à autoacusação levada até o desespero” (Fanon, 2008, p. 66).

Segundo Silva (2014, p. 81) “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separada das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

A identificação pode ser um simples movimento, apenas para identificar, mas pode provocar períodos perversos como nazismo, escravidão e o apartheid. E esses períodos só tiveram êxito devido a uma mudança de pensamento que coloca sempre a ideia de que um grupo é superior e o outro inferior.

3.3 Violência como caminho para emancipação e construção da identidade

Diante dessa condição, a violência é interpretada por Fanon, como um meio necessário para a libertação dos colonizados. Fanon não se refere a violência apenas como um ato físico, mas como uma força transformadora capaz de quebrar as estruturas opressivas do colonialismo.

A luta pela independência é vista como um processo de reconstrução da identidade,

[...] a colonização ou a descolonização – trata-se simplesmente de uma relação de forças. O explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força[...], o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior (Fanon, 1968, p.46).

Ainda segundo Fanon (1968), se tinha um grupo de “escravos forros”², que embora tenham sido libertos individualmente da escravidão, continuavam a ser dominadas, seja econômico, social ou politicamente. Eles eram libertos na teoria, mas ainda permaneciam em uma posição de subordinação, muitas vezes sem acesso real à liberdade plena e aos seus direitos.

Ao adotar a violência como um meio de resistência, os colonizados não apenas buscam a independência, mas também um processo de reconstrução de sua própria identidade, que havia sido destruída ou distorcida pela dominação colonial.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DA “RAÇA”

Por fim, exploraremos nessa seção como a construção da identidade e a diferença racial se entrelaçam na dinâmica do poder e da hierarquia social. Focaremos na análise de Achille Mbembe sobre a “raça” como uma invenção histórica que perpetua a desigualdade e a diferença entre grupos.

Além disso, como a identidade racial é manipulada para criar e sustentar categorias de superioridade e inferioridade, e como essas construções impactam a autoidentificação e a percepção do outro. Bem como, o papel da linguagem e das

² Eram considerados forros os ex-escravizados que haviam obtido a alforria, por meio de uma carta, por testamento ou no momento do batismo (Cotin, 2021).

narrativas na manutenção dessas diferenças e a influência do nativismo e do pan-africanismo na formação das identidades pós-coloniais.

Para Achille Mbembe (2018) a identidade é uma construção complexa e dinâmica, que se deu (dá) a partir de diversos acontecimentos históricos, como a escravização, a colonização e o *apartheid*, especificamente se tratando das experiências negras no mundo, onde a invenção da “[...] raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente [...]” (Mbembe, 2018, p. 73).

Sendo assim, a autoidentificação de si e a marcação do outro como dissemelhante depende de uma teia de poder que está quase sempre interligado entre grupos dominantes, representante de Estado, etc. A representação é atribuída àquele que busca expressar a concepção de mundo da qual o grupo baseia suas ações e pensamentos nas interações sociais.

O nosso mundo continua a ser, mesmo que ele não queira admiti-lo, em vários aspectos, um “mundo de raças”. O significante racial é ainda, em larga medida, a linguagem incontornável, mesmo que por vezes negada, da narrativa de si e do mundo, da relação com o outro, com a memória e o poder (Mbembe, 2018, p. 106).

Os discursos acerca da identidade e diferença, quando não acompanhados por uma flexibilidade do pensamento crítico, filosófico e sociológico, gera indiferença e o não reconhecimento do outro como semelhante. Conforme observado por Mbembe (2018, p. 27), os discursos raciais contribuem para a construção de (in)diferenças que resultam em segregação, violência e uma ideia de eliminação do outro por não ser reconhecido como seu semelhante, por não poder ser dominado de forma absoluta.

A ideia de “raça” como uma diferenciação entre povos, especialmente com o europeu que se coloca na condição de diferente e superior ao africano, é uma construção eurocêntrica que coloca o não europeu, o africano, como figura, coisa, não-humano. Assim, a raça é estabelecida como uma categoria na qual o africano - o negro - é tratado como objeto, mercadoria, resultado do sistema capitalista (Mbembe, 2018).

Dessa forma, os discursos sobre as diferenças, que envolvem a inclusão ou não do outro como sujeito que reconhece sua participação em uma identidade, são frequentemente confrontados com a narrativa daqueles que não o aceitam como

semelhante, seja por meio dos discursos produzidos ou das características construídas em relação à diferença baseada na ideia de raça. Nesse sentido, os sujeitos produtores da raça, conforme observado por Mbembe (2018, p. 61-62), têm um papel significativo

Procurando responder à questão “Quem é esse?”, ele se esforça por nomear uma realidade que lhe é exterior e que ele tende a situar em relação a um eu tomado como cento de toda e qualquer significação. A partir dessa posição, tudo o que não é idêntico a si é anormal.

Ainda segundo Mbembe (2001, p. 177), o discurso da diferença criado e reproduzido pelo europeu como meio de demarcação entre o si e o outro, tem sido incorporado por aqueles que outrora não fora reconhecido como sendo semelhante, mas tratados como coisa, objeto. Corroborando com Mbembe, Homi Bhabha diz que o discurso daquele que foi negado, é *ambivalente*, onde “a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa” (1998, p. 130).

Como destacou Mbembe (2001, p. 177) acerca da narrativa do pertencimento de uma identidade,

os ex-colonizados atribuem uma série de características pseudo-históricas a uma entidade geográfica que está, ela mesma, subsumida a um *nome racial*. Estas características e este nome são, então, utilizados para identificar ou tornar possível o reconhecimento daqueles que, por possuírem tais características ou ostentarem tal nome, são considerados como pertencentes à coletividade racial e à entidade geográfica, assim definidas. À guisa de “falar com a própria voz”, a figura do “nativo” é reiterada. Fronteiras entre o “nativo” e o Outro, “não-nativo”, são demarcadas. Com base nestas fronteiras, pode-se, assim, distinguir entre o “autêntico” e o “não-autêntico”

Os discursos acerca da identidade, gera diferença, logo de maneira sutil, a negação do outro. Isso pode acontecer quando como o sujeito se vê no mundo e reivindica o direito de se posicionar como membro de um determinado grupo desemboca numa narrativa nativista radical.

Percebendo esses movimentos, é preciso analisar com cuidado os discursos das diferenças, como tem observado Achille Mbembe em seu livro *Crítica da Razão Negra*. A diferença, cultuada como forma extrema do nativismo, gera uma ideologia nacionalista, que segrega e constrói um olhar de eliminação do outro.

No discurso pós-colonial, observa-se o paradoxo da identidade e diferença refletidos nas práticas sociais que perpetuam estruturas de poder. Mbembe (2018)

argumenta que, mesmo após a independência, as sociedades continuam a enfrentar desafios na construção de identidades nacionais autênticas. A reafirmação de determinados símbolos, características, “raça”, a partir do discurso sobre identidade de si e a diferença do outro, revela um conflito intrínseco entre a busca pela autonomia e a persistência das influências coloniais nos discursos e nas práticas sociais.

Parafraseando Frantz Fanon (2008, p. 49), os indivíduos ao adotarem os signos e símbolos daqueles que estabeleceram as distinções entre o “eu” e o “outro”, passa a considerar-se superior ao que antes era seu semelhante, tratando-o com desprezo. Desse modo, percebe-se que o homem está em constante mudança de hábito a depender do lugar, que poderá internalizar e reproduzir a narrativa do outro contra seu semelhante, na qual, “o inferiorizado acredita se valorizar [...] e o superior se vale da hierarquia” (Fanon, 2008, p. 176).

Silva (2014, p. 82), diz que a afirmação identitária está sempre pautada entre o “eu” e o “outro”, definindo espaços, lugares, diferenças, raças, onde o discurso é amparado pelas práticas sociais conferindo rigidez as estruturas de poder, na qual “dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir deferentes valores aos grupos assim classificados”.

O pan-africanismo, em particular, define o “nativo” e o “cidadão” a partir de sua identificação com o povo negro. Nesta mitologia, os negros tornam-se cidadãos não porque são seres humanos dotados de direitos políticos, mas por causa, tanto de sua cor, como do privilégio de sua autoctonia. As autenticidades territorial e racial confundem-se, e a África se torna a terra da gente negra. Já que a interpretação racial está na base de uma ligação cívica restrita, tudo o que não seja negro está fora de lugar, e, portanto, não pode reivindicar nenhuma forma de africanidade (Mbembe, 2001, p. 185).

Mbembe, notou que em determinados momentos na reconstrução de África, o processo de autoinscrição identitária no mundo, se deu de maneira reprodutora da ideologia do dominante. O pertencimento a determinada identidade, cultura, grupo era definido não só pelas características físicas do sujeito, mas era constituído a apenas os nativos daquele lugar. O que ele identificou como movimentos: nativista, nacionalistas e pan-africanista.

5 UMA ANÁLISE BREVE PARTIR DE SILVA, FANON E MBEMBE

Tomaz Tadeu da Silva, Frantz Fanon e Achille Mbembe compartilham a visão de que a identidade é uma construção social e discursiva. Silva foca no papel da linguagem na construção de identidades, enquanto Fanon explora como essas construções são internalizadas e manifestadas psicologicamente, especialmente em contextos coloniais. Mbembe amplia essa análise ao considerar como as experiências pós-coloniais continuam a moldar identidades africanas.

A relação com o "outro" é central para todos os três. Silva discute essa relação como um processo de diferenciação discursiva, Fanon como um conflito interno resultante do colonialismo, e Mbembe questiona as dicotomias criadas por essas relações, propondo uma nova configuração da identidade africana que transcenda essas limitações.

Fanon e Mbembe, em particular, focam nas implicações do colonialismo na formação da identidade negra. Fanon destaca o impacto psicológico e a necessidade de emancipação mental, enquanto Mbembe propõe novas formas de subjetividade que rompam com as narrativas coloniais. Enquanto Silva analisa como as identidades são construídas por meio de discursos, Fanon e Mbembe discutem os desafios e rupturas na identidade negra causados pela opressão colonial, oferecendo perspectivas para superá-los.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando, o tema da identidade se tornar central para o entendimento de como os indivíduos, grupos, culturas e sociedades são construídas. Ao longo da discussão em torno da identidade, a diferença se tornar fundamental nessa dinâmica de forças que produz o eu e o outro.

Tanto Silva, quanto Fanon e Mbembe são autores de grandes contribuições para os estudos culturais, sobretudo do trabalho desenvolvido sobre a identidade. Assim como a "raça" e cor da pele, a língua é a categoria central na discussão entre os autores.

Portanto, o resultado dessa pesquisa a partir do levantamento sobre a identidade nos fornece instrumentos para uma discussão mais aprofundada sobre a dinâmica da construção das identidades e de sua complexidade. Para tal, os objetivos traçados foram fornecer uma visão geral de como Silva, Fanon e Mbembe estão pensando acerca da categoria da identidade. Levando em conta o tempo e a época de

cada autor.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2018. 441 p. ISBN 8542300149.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p. v. 42.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução: Renato Silveira. [s.l.] EDUFBA, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-2169-8.

MBEMBE, A. **As Formas Africanas de Auto-inscrição**. Estudos afro-asiáticos, v. 23, n. 1, p. 171–209, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>. Acesso em: 29 Jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 2. ed. São Paulo: Instituto Francês do Brasil, 2018. 320 p. ISBN 978-65-81097-26-4.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. 190 p. ISBN 978-85-200-0770-9.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 73-102, 2014

WOODWARD, Kathryn. A identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-72, 2014

STUART, Hall. Quem precisa da identidade?. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2014